

O nosso governador disse, em seu discurso, no plenário, aqui no dia da posse, que viria a esta Casa mensalmente. Já fez uma visita e fará outra, com certeza. Eu queria pedir a V. Exa. que, nessa próxima visita, ele tivesse um compromisso de atender essa reivindicação e dizer aos nossos policiais militares, que estão esperando de nós qual a solução imediata que ele dará aos nossos policiais militares, partindo, sim, porque pode, sim, do governador, partir dele a aprovação dessa PEC 02.

Então, presidente, esse é o apelo que nós fazemos à Presidência. Que o nosso governador, no próximo encontro nesta Casa, possa realmente nos dar uma resposta a essa reivindicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pode, realmente, de fato, a iniciativa ser do governador, e não do Legislativo. Vossa Excelência tem razão e conta com o meu apoio em relação à defesa da causa de reposição salarial dos policiais.

O SR. GIL DINIZ - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, oriento aqui a encaminhar pela bancada do PSL, colocando a bancada em obstrução, claro, no momento oportuno, mas a gente não pode se furtrar a este debate. Falei aqui na tribuna, o deputado Arthur veio aqui, logo após a nossa fala, colocar também.

Repito: não há ali a ilegalidade, como não houve ilegalidade nas doações de campanha que eu recebi. Para quem não sabe, eu recebi doações de campanha. Eu abri uma vaquinha virtual, pedi para os meus seguidores doar para a minha campanha. Consegui, ao final, cerca de oito mil reais. Consegui do partido três mil reais, que devolvi ao final da campanha, porque não gastei.

Gastei cerca de 7.700, arredondo para oito mil reais. São lícitas as doações de campanha. É lícita a doação de campanha. Agora, o que nós estamos questionando, porque eu acho que é lícito também, é o nosso trabalho também. Eu não fui eleito, muito embora tenha sido soldado PM temporário, eu não fui eleito, dizendo que eu representava os policiais militares, os policiais civis, os delegados. Não! Mas eu quero aqui representá-los, eu quero aqui votar por eles. Não fizeram lobby comigo, não doaram para a campanha mil, dois mil, 90 mil, 100 mil, não, deputada Adriana Borgo.

Mas nós queremos representá-los aqui. Agora, o nosso questionamento, que é isso que você que está em casa, dona Maria e seu José, que não entendem de lei, não precisamos entender, não. É só entenderem o espírito da coisa. O quarto ou quinto projeto do Sr. Governador para esta Casa justamente beneficia uma categoria.

Será que o Sr. Governador João Doria foi à TV, fazer a sua propaganda eleitoral, dizendo “vejam, agentes fiscais do ICMS, a minha prioridade é que vocês sejam os mais bem remunerados pelo Brasil?”

Não! Ele foi dizer, ele foi falar das nossas policiais, os nossos policiais militares e civis. Então, nós estamos trazendo aqui para o plenário, e foi muito bom, eu não usaria alguns termos que o Arthur utilizou. Eu não utilizaria. Mas, pela primeira vez, em um mês e dez dias aqui, eu vi este plenário em silêncio, em silêncio, para ouvir um deputado nesta tribuna, e isso é muito bom.

Então, o que nós questionamos é essa celeridade do governador para aprovar um projeto ou dois projetos ou três projetos que beneficiam uma categoria, enquanto nós estamos aqui rogando, implorando para que pelo menos a PEC 02, que não resolve, deputado Cauê Macris, os problemas dos nossos policiais...

Os nossos policiais têm diversos problemas, diversos. Está ali uma faixa: “Militares mortos em serviço”. O suicídio entre os policiais militares é enorme. O uso de bebidas alcoólicas, uma série de coisas. A PEC 02, pessoal, é um paliativo. O reajuste salarial, a reposição inflacionária é o mínimo que o governador pode acenar para dar um pouco de dignidade aos nossos policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários, às nossas forças de Segurança.

Então, nós precisamos falar, nós precisamos mostrar que o governo, que o Palácio tem sim uma prioridade, e essa prioridade não são as nossas forças policiais. Não são, está claro aqui. Eu respeito a categoria dos fiscais. É um trabalho válido, mas eu já escutei falarem aqui que a arrecadação precisa aumentar, porque nós precisamos dos impostos para os programas aí do governo, e tudo mais. Poxa, que eu saiba, eles recebem um salário, deputado Adalberto Freitas, e um bom salário, um salário razoável.

Ninguém foi lá na casa do fiscal, pegou pelo colarinho e falou: “Hoje você é fiscal, você vai ganhar sete, dez, 15, 20 mil reais”. Ele fez um concurso público, sabia quanto era, e é lícito que eles luteem pela categoria, como é lícito que a gente lute aqui pelos nossos também, por aqueles que nós queremos representar, mas já ganham muito bem para fazer o que fazem. Já ganham muito bem.

Eu acho que eu ganho muito bem aqui para fazer o que eu faço. Quando eu era assessor parlamentar, eu ganhava três mil reais, e achava que ganhava muito bem para ser assessor parlamentar, e fazia o meu trabalho da melhor maneira possível. Quando eu era carteiro, ganhava lá meus mil e quinhentos, dois mil reais, e entregava as minhas cartas na periferia de São Paulo da melhor maneira possível.

Já pensou, quando o Correio, deputado Heni, não pagou a participação de resultados e lucros, eu começasse a rasgar carta? Ou os outros carteiros começassem a rasgar carta? Então, não me venham com esse argumento que precisam.

Tudo bem, vamos fazer o debate, mas nós precisamos falar. Um grupo de deputados recebeu realmente essas doações de campanha. Novamente, dentro da legalidade, mas nós estamos chamando aqui como alguns já vieram e se manifestaram. Não tem problema. Falem aqui: “Ola, eu voto ‘sim’”, eu acho que é um trabalho importante e eu voto ‘sim’. Ele recebe 20 mil reais, e ele pode receber uma ajuda de custo, pode receber um salário, um benefício melhor. Não vai bater o teto, não vai bater, sei lá, seus 30 mil reais”.

Defendamos aqui, é válido. A gente não quer criminalizar a política, não, mas nós temos que falar sim para os nossos eleitores, àqueles a quem devemos o nosso mandato, o que está acontecendo aqui na Casa, e hoje, assim como ontem, está pau-tado o PLC 04, que beneficia uma categoria, e como eu queria que fosse a PEC 02, que, novamente, não resolve os problemas dos nossos policiais, é apenas um paliativo, deputado Sargento Neri, é apenas o início para começar a dar dignidade aos nossos agentes de Segurança Pública.

Meu muito obrigado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para uma comunicação. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu só gostaria de botar... Nós estamos no meio do processo de votação. Deixa eu colocar em votação. Provavelmente vai ter verificação, e aí a gente a gente passa à comunicação.

Em votação o requerimento de método de votação com a votação adiada. Os senhores deputados e senhoras deputadas que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado o método de votação.

Em votação o item...

O SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando que V. Exa. tem que pedir antes do processo. Eu vou conceder a V. Exa., até para não ser acusado...

Não, deputado Carlão, eu vou conceder a verificação para não ser acusado. Agora, lembrando a V. Exa. que tem que ficar prestando atenção no que está acontecendo. Vossa Excelência é líder. Se quer verificar... Vossa Excelência estava andando, conversando com o outro.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, toque à frente. Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não. Não toco. O SR. GIL DINIZ - PSL - Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não toco.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Não. Cumpra o Regimento. Eu reconheço, eu erreí.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não toco. Eu vou dar a V. Exa...

O SR. GIL DINIZ - PSL - Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não. Vou abrir essa exceção.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Não. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Já está aberta.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Eu retiro. Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência retira o pedido de verificação de votação?

O SR. GIL DINIZ - PSL - Retiro o pedido, pedindo que o senhor faça o que tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estou fazendo, desde que V. Exa. retire o pedido. Retirado o pedido, é regimental.

Em votação o item 1 do requerimento do método de votação. Só lembrando os líderes que querem e têm interesse em fazer a verificação, que precisam estar atentos ao processo. Porque, se não estiverem atentos ao processo e passar para o próximo item, não é regimental qualquer verificação. Isso não serve só para o deputado Gil. Serve para todos os líderes ficarem atentos.

Em votação o item...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, o deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para encaminhar em nome da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar em nome da bancada do PT. O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Caio França.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra enquanto ele se dirige à tribuna.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Perfeito. Presidente, eu não estava no plenário, mas estava na Assembleia quando ouvi as declarações do deputado Arthur, a quem respeito muito. Eu queria, primeiro, dizer que as justificativas de todas as doações que recebi estão na Justiça. Ele só teve acesso a essas contas porque estão lá. Ou seja, todas foram de maneira transparente e legais como manda a lei.

Eu, diferente de alguns, não tenho condição de me autofinanciar. Eu, de fato, dependo de financiamento de outras pessoas para poder ter uma campanha com condições de disputa. Nesse caso específico sobre os fiscais, quero relebrar que, na PEC 5, obstrui a PEC 5. Inclusive, cheguei a votar contra a PEC 5 na época que estava sendo debatida aqui. Não pedi dinheiro a nenhum dos fiscais. Eles foram e fizeram a doação.

Eu queria lembrar, parece que para alguns, isso não é importante, mas para mim é: outros deputados, que ele não citou, tiveram doações. São mais próximos deles, talvez, ou são amigos dele. Doações muito maiores do que todas aquelas que ele falou aqui. Da maneira como se colocam alguns, acho que a eleição só poderá ser para quem tem condição de se autofinanciar, ou quem conhece quem é muito rico. Ou, entoa, vira “youtuber”. Senão, não tem condições de fazer uma disputa.

Eu, presidente - e V. Exa. talvez seja assim - sou um deputado que defende a minha região. Se eu não conseguir garantir, para a minha região, um novo equipamento de Saúde, um novo conjunto habitacional, asfalto, eu não consigo me reeleger.

Por isso eu queria defender, com a maior transparência, não só as minhas prestações de conta, mas as de outros colegas que foram citados pelo deputado Arthur Mamãe Falei. E que agora ele quer, com chacota, levar para a internet e para o Youtube. Que é isso que acaba fazendo todas as vezes. Eu queria falar que recebi, sim, a doação. É legal, é juridicamente correta. E a minha prestação de contas foi devidamente aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral, presidente. É isso.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto se existe a anuência do orador na tribuna. Tendo a anuência, tem a palavra.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - É muito rápido. Entendo que esse debate todo - muito embora estejamos todos, de alguma maneira, tocados e emocionados, isso é natural - teve um lado muito positivo.

Qual seja, evidenciar que estamos falando de uma categoria que está em melhores condições quando comparada às demais. Tanto está, que fez doações várias, a deputados vários, em quantias significativas.

Se são funcionários públicos que têm condições de fazer doações eleitorais em quantias significativas a vários parlamentares - vejam, os senhores, que não entro no mérito, se concordo ou discordo, não me cabe - é porque não têm necessidade de ter uma melhora na sua remuneração. Seja a título de salário, seja a título de verba indenizatória.

Então precisamos, diante da crise que atravessamos, concentrar os nossos esforços e os nossos recursos - inclusive materiais - para aquelas categorias que não têm condições sequer de comer. Que dirá, de doar. Então acho que tudo isso aqui foi extremamente saudável para sentirmos que estamos falando de uma categoria que não precisa da aprovação desse projeto.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Isa.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Eu queria pedir a fala pelo Art. 82, pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, neste momento estamos na Ordem do Dia, de encaminhamento. Não cabe o Art. 82. Vossa Excelência pode fazer uma comunicação, desde que o deputado Barba dê anuência. Com a anuência dele, V. Exa. tem a palavra para uma comunicação.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, em primeiro lugar quero dizer que não é surpresa a conduta e o procedimento do deputado que veio aqui falar, porque ele vem aqui e de forma sensacionalista provoca a todos e coloca todo mundo aqui de forma a se defender e depois vai editar isso tudo ao seu bel prazer e vai jogar na Internet.

O que eu queria dizer é que o problema central que a gente precisa debater é o sistema político brasileiro. É por isso que é uma das bandeiras históricas do PSOL o financiamento público de campanha. Por que o financiamento público de campanha? Em primeiro lugar, para que nós tenhamos isonomia na hora de disputar o pleito. Em segundo lugar, porque quando a gente privatiza aquilo que deve ser, sim, dever do estado, garantir a democracia, a gente incorre em erros como erros. Erros de categorias que têm condições maiores ou menores de incidir sobre o Parlamento. Então, falar aqui que o PSOL repudia de forma geral da prática do toma lá, dá cá, que, inclusive, o deputado Gil Diniz tem agora o presidente representante do seu partido pagando 40 milhões para cada deputado, em emendas, se votar na Reforma da Previdência. É um sistema político que está cada vez mais falido, e cada vez menos representa o povo brasileiro. Então, é uma questão estrutural que precisa ser revista de uma forma geral. Agora, o que não é possível é um oportunismo de uma organização que é financiada notoriamente como é MBL, por irmãos gêmeos bilionários, e por isso é óbvio que tem essa tranquilidade de vir aqui e fazer acusações de forma absolutamente levianas. Enfim, o nosso líder está chegando e ele vai responder diretamente a acusação feita.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigado presidente. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, preservando o tempo de V. Exa., só preciso fazer - como nós estamos aí caminhando para o fim da sessão - apenas a convocação da sessão extraordinária.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1/19.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez quero primeiro deixar claro aqui que em momento nenhum eu censurei a fala do deputado Arthur do Val. Eu critiquei a atitude dele de falar e sair do plenário. E aí eu vou fazer com qualquer deputado, de qualquer partido que fizer isso. Ou seja, se fizer uma fala, dizer o nome de vários deputados, inclusive o meu, e sair do plenário, eu vou sempre considerar como atitude de covardia.

Então, o que ele fez, a fala dele não me preocupa, porque todos nós aqui temos uma prestação de contas públicas; não é? Que bom que hoje é assim. Não é igual há 30 anos atrás, há 40 anos atrás e as eleições e as prestações de contas, deputado Conte Lopes, ficavam lá escondidas; ninguém sabia o que acontecia.

A outra questão é deixar claro para o meu querido líder do PSL que aqui tem uma bancada de oposição. E a bancada do Partido dos Trabalhadores tem deixado claro: nós estamos obstruindo os projetos do governo desde o Colégio de Líderes, desde o Projeto 1, desde o projeto do Ibirapuera, qualquer projeto que vier aqui. Não é só pela questão da obstrução, é pela questão de que nós queremos a instalação da sexta CPI, que nós coletamos aqui neste plenário mais de 32 assinaturas para aprovar um projeto de resolução que vai precisar de 48 votos para a gente poder fazer a investigação do que aconteceu na Dersa, da mão escura que tem lá dentro, da mão do PSDB que está lá dentro - peço desculpa por usar essa palavra “escura”, Deputada Erica. Cometi uma falha aqui, peço desculpa - da mão do PSDB escondida nesse lamaçal que é a CPI da Dersa.

Então, eu quero debater isso. Por isso que nós estamos obstruindo. A semana passada eu discuti aqui até comissão de representação, deputado Paulo Correa. Você foi testemunha disso. Eu discuti a comissão de representação do deputado Castello Branco, que ia para Belmonte, em Portugal, tudo isso eu fiquei debatendo aqui, que nós estamos em obstrução.

Então, vamos deixar claro. Aqui tem uma bancada de oposição, que é chamada, que tem sete deputados, que tem três deputadas, que é a bancada do Partido dos Trabalhadores. E eu, como líder, tenho a responsabilidade de, junto com a líder da Minoria, junto com meu 1º secretário, junto com os 10, os sete deputados e as três deputadas, fazer esse enfrentamento, enfrentamento ao governo João Doria.

É que nesse momento, aqui dentro, eu enfrento alguns debates. Qual o debate? Vou enfrentar um debate com a chapa que elegeu o João Doria, que são 27 deputados. Foram eleitos pelo João Doria com a chapa do NOVO, com a chapa do NOVO, que até agora fala que é a favor da privatização, e eu não vi ele subir aqui para dizer que é a favor da privatização. Com a chapa do PODEMOS, que fica calado ali. Eu não sei se é a favor ou contra a extinção, porque eu quero ver subir aqui à tribuna para discutir isso. Com a chapa do PSL, que há uma divergência com o NOVO e com o PSL, uma divergência ideológica. O NOVO tem uma postura de ser liberal. Está correto, respeito isso tranquilamente, deputado Heni, deputado Sérgio, Daniel José e o Mellão. O PSL tem uma posição de extrema-direita; está mais à direita do que vocês. Vocês já estão à direita demais. Eles vão mais para a direita, e têm uma composição esquisita. Tem que respeitar a composição: tem a família Bolsonaro, tem a parte da sociedade civil, representada pelo banqueiro Paulo Guedes; tem a parte dos militares, representada por oito militares, que são ministros ou secretários, mais uma quantidade de militares que estão compondo o governo, e a parte do famoso ministro Sérgio Moro. Então, é essa a composição. São várias tribos ali dentro do governo Bolsonaro.

Então, a gente enfrenta um debate lá, ontem, que eu vi. Vocês não comemoraram aqui; vocês estão com vergonha de comemorar. Vocês nos impuseram a derrota, ontem, de 48 a 18 da admissibilidade, da admissibilidade da reforma da Previdência na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, Vocês estão quietinhos. Só o Carlão falou ontem. Vocês precisam comemorar isso, subir aqui e falar que vocês defendem a reforma da Previdência, que eu quero ver você, se Deus quiser, Daniel José, é um menino novo, você acredita e defende a reforma da Previdência, que daqui 30 anos, daqui 30 anos você vai ver uma quantidade de pessoas com 60, neste País, 65 anos, que não arrumam mais emprego, deputado Altair, que não arrumam mais emprego, porque o mercado de trabalho não absorve alguém. Ou vai ser deputado, ou vereador, porque no mercado de trabalho não vai entrar. Ou vai ser deputado, vereador, governador, vai ser prefeito, porque o mercado de trabalho não vai absorver, e não consegue se aposentar.

E falando que é para acabar com os privilégios. Se é para acabar com os privilégios, eu topo discutir a reforma da Previdência. Vamos acabar com o privilégio das Forças Armadas, do comando das Forças Armadas, que tem o privilégio. Vamos acabar com o privilégio do Ministério Público. Vamos acabar com o privilégio dos desembargadores, do juiz que se aposenta ganhando 30, 40, 50, 60, 80 mil reais por mês. E eu não vi vocês falarem disso, deputado Gil Diniz. Vocês falarem “nós queremos”. Eu topo discutir para acabar com os privilégios, acabar com os privilégios do comando das Forças Armadas; salário alto, aposenta-se com salário da Ativa e o reajuste é o salário da Ativa. Ainda tinha uma tal de pensão vitalícia, que era um negócio que era um escárnio. E é o comando; não é o praça que recebe isso. Das Forças Armadas e da Polícia Militar.

Eu estou dizendo que o partido de vocês tem bastante. Acabar com os privilégios dos desembargadores, deputado Conte Lopes. Aposenta ganhando 60 mil reais. Acabar com os privilégios dos procuradores do Ministério Público, que ganham 50, 60, e se aposentam com isso. Esse pessoal é que consome 35% da receita da Previdência. Mas qual o privilégio que o Bolsonaro está acabando na proposta do Paulo Guedes? A receita da Previdência, deputados, é composta de que maneira? Aquilo que o empregado paga e o que o empregador paga, o patrão e o empregado. Essa é a primeira fonte de receita da Previdência. Aí, na Constituição de 88, nós aprovamos mais uma cláusula, que é o PIS/PASEP, o Confins e a contribuição social sobre lucro líquido também vai para a receita da Previdência. Também aprovamos na Constituição de 88 que 18% dos jogos prognósticos - esse palavrasão são todas as loterias do Brasil - vão para a composição da receita da Previdência. Mais o imposto sobre produtos e serviços importados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, em que pese a importância da fala de V. Exa., a nossa sessão acabou às 19 horas em ponto. Preciso interromper Vossa Excelência.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo de nossa sessão, antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

24 DE ABRIL DE 2019

9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Anuncia a presença do Sr. Ricardo Salaro, prefeito de São Manuel, acompanhado de seu secretário de Comunicação e de seu secretário de Finanças, Srs. Tony e Cláudio, a convite do deputado estadual Frederico d’Ávila.

2 - MARCIO DA FARMÁCIA

Para comunicação, saúde o prefeito de São Manuel e questiona trâmites da sessão.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Faz esclarecimentos ao deputado Marcio da Farmácia.

4 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, faz questionamentos sobre o protocolo de emenda aglutinativa ao PL 1/19.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Faz esclarecimentos ao questionamento da deputada Janaina Paschoal sobre o momento de apresentar emenda aglutinativa. Anuncia a discussão do PL 1/19.

6 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute o PL 1/19.

7 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PL 1/19.

8 - MÁRCIA LULA LIA

Requer verificação de presença.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Indefere o pedido, ante a evidência de quórum.

10 - ED THOMAS

Para comunicação, faz apelo contra o fechamento de delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente, com sua posterior transferência para a cidade de Araçatuba.

11 - BARROS MUNHOZ

Discute o PL 1/19.

12 - BRUNO GANEM

Para comunicação, condena a criminalização dos votos de parlamentares nesta Casa. Defende a aprovação do PL 4/19, referente à política salarial dos agentes fiscais de renda.

13 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, discorda do posicionamento do deputado Bruno Ganem a respeito do PL 4/19.

14 - RICARDO MELLÃO

Para comunicação, rebate a fala do deputado Bruno Ganem. Manifesta-se contrariamente ao PL 4/19.

15 - MARCIO DA FARMÁCIA

Para comunicação, faz coro ao posicionamento do deputado Bruno Ganem em defesa dos direitos dos fiscais de renda.

16 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, rebate o discurso do deputado Ricardo Mellão. Comenta caso de vice-governador de Minas Gerais, membro do Partido NOVO, que utilizou helicóptero de forma indevida.

17 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 1/19.

18 - CARLÃO PIGNATARI

Discute o PL 1/19.

19 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

21 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Para comunicação, faz críticas à reforma da previdência proposta pelo presidente Jair Bolsonaro, considerando que os maiores prejudicados deverão ser os mais pobres.

22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido do deputado Carlão Pignatari. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão extraordinária.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Por sugestão do nobre deputado Frederico d’Ávila, estamos recebendo, a convite dele, o prefeito Ricardo Salaro, prefeito de São Manuel. Uma salva de palmas para o prefeito. (Palmas.) Prefeito, obrigado pela sua presença. Ele está acompanhado do seu secretário de Comunicação e do seu secretário de Finanças, o Tony e o Cláudio.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Presidente, cumprimentar o prefeito. Eu sou quase vizinho de Regiópolis, ali pertinho de você. Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa.

Presidente, queria fazer o encaminhamento aqui do deputado Bruno, para falar em nome do PODEMOS.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, como nós trocamos... Talvez eu não tenha sido... Nós trocamos de projeto. Na verdade, na sessão ordinária, nós estávamos discutindo um projeto e na extraordinária nós estamos agora discutindo o Projeto 1/19. O Projeto 1/19 ainda está no processo de discussão. Então, se o deputado Bruno quiser se inscrever aqui para discutir o projeto, ele pode se inscrever.

Pelo tempo remanescente, convido a deputada Bebel para usar a palavra pelo tempo de 3 minutos e 29 segundos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Uma comunicação, Sr. Presidente, enquanto a deputada...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Enquanto a deputada Bebel vai à tribuna, tem a palavra para comunicação a deputada Janaina.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Na verdade, é quase